



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA (TRE/BA)

CONCURSO PÚBLICO

CARGO 2

ANALISTA JUDICIÁRIO

Área:

ADMINISTRATIVA

Especialidade:

CONTABILIDADE

CADERNO DE PROVAS - PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E DISCURSIVA

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Nesta parte II do seu caderno de provas, confira atentamente os seus dados pessoais e os dados identificadores de seu cargo transcritos acima com o que está registrado em sua **folha de respostas** e em seu **caderno de texto definitivo da prova discursiva**. Confira também o seu nome, o número e nome de seu cargo em cada página numerada desta parte II de seu caderno de provas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados identificadores de seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Às vezes, mudando a formulação do problema, a solução aparece

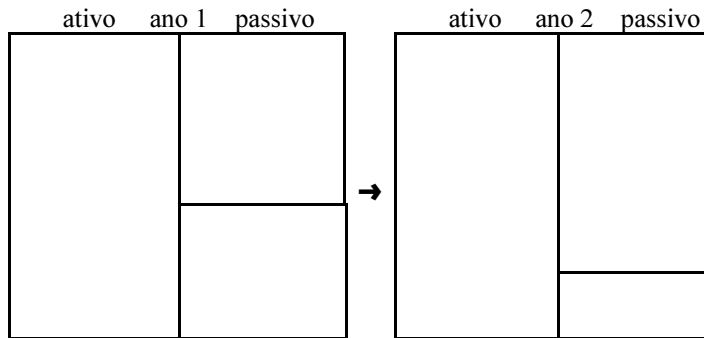
OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

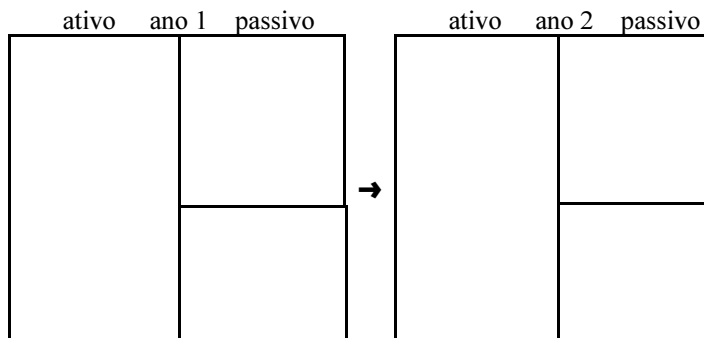
De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

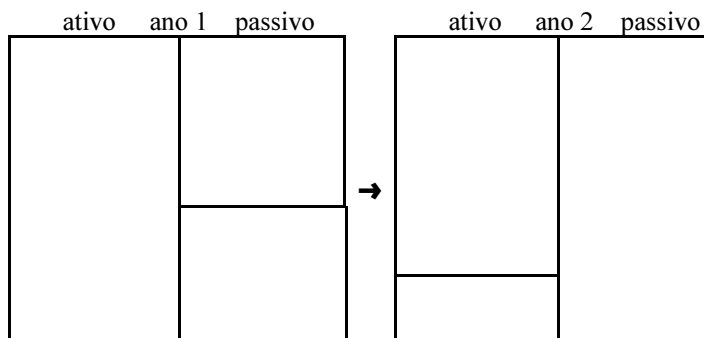
entidade A



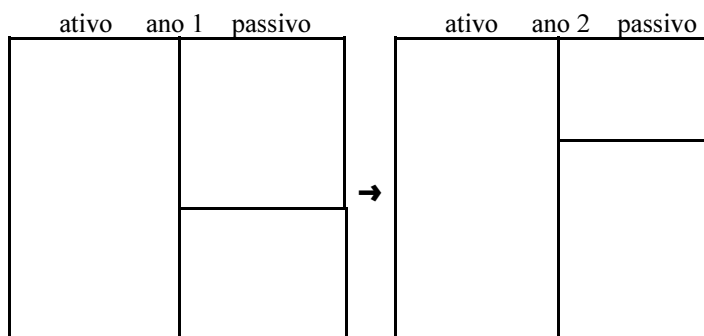
entidade B



entidade C



entidade D



Considere as representações patrimoniais, em forma de diagrama de barras, de quatro entidades contábeis hipotéticas — A, B, C e D — ilustradas acima, para o período de dois anos consecutivos. Com base nessas informações e em relação à situação líquida dessas entidades, julgue os itens de **41** a **43**.

41 Comparando o período, a situação líquida tornou-se desfavorável apenas para uma das entidades contábeis apresentadas.

42 A situação líquida de uma das entidades manteve-se inalterada no período, sendo correto afirmar que, nesse caso, não houve variação quantitativa no patrimônio dessa entidade.

43 Entre as entidades citadas, a entidade A, no ano 2, apresentou o maior percentual de capital de terceiros em relação aos recursos possuídos pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

No que se refere às provisões contábeis e ao funcionamento das contas relacionadas, julgue os próximos itens.

44 O reconhecimento de provisão no ativo aumenta o resultado líquido do período, enquanto a contabilização de provisões no passivo, ou seja, de obrigações exigíveis, reduz a situação líquida.

45 A provisão para créditos de liquidação duvidosa fundamenta-se no princípio contábil da prudência, que considera, entre as opções aceitáveis, o menor ativo.

46 Caso seja feito débito em uma provisão, constituída e classificada no ativo circulante, o capital total à disposição da empresa sofre aumento concomitante.

Quanto à apuração de resultados contábeis, julgue os itens que se seguem.

47 O frete pago sobre a venda é classificado, na demonstração do resultado do período elaborada pela empresa vendedora, como dedução da receita bruta.

48 O reconhecimento de despesa de depreciação mensal provoca variação patrimonial de natureza quantitativa, afetando o resultado líquido para menos.

49 Em ambiente inflacionário, quando um estoque é avaliado pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai), o saldo da conta estoque é maior que o que seria apurado, caso o método de avaliação escolhido fosse a média ponderada móvel.

50 O registro contábil do custo da mercadoria vendida em conta de resultado específica, no momento da venda do produto, é procedimento contábil adequado independentemente do sistema de inventário adotado pela empresa: inventário periódico ou permanente.

RASCUNHO

contas a pagar	saldo (em R\$)
capital social	189.400
investimentos em coligadas e controladas	129.800
receita de vendas	123.400
títulos a receber a longo prazo	90.000
provisão para perda de investimentos	89.000
banco conta movimento	78.900
duplicatas a receber	65.300
veículos	54.390
depreciação acumulada	54.300
promissórias a pagar a longo prazo	54.300
fornecedores	54.000
duplicatas descontadas	49.000
estoque de mercadorias para revenda	43.500
custo da mercadoria vendida	42.610
marcas e patentes	25.410
impostos sobre vendas	24.500
máquinas	23.900
debêntures emitidas com resgate em curto prazo	22.000
computadores e impressoras	21.800
reserva de lucros	21.300
contas a pagar	21.000
provisão para contingências judiciais	21.000
equipamentos	19.000
despesa de salários	16.700
caixa	12.700
provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.300
despesa de manutenção	12.300
abatimento sobre vendas	12.000
provisão para desvalorização de estoques	11.200
despesas administrativas	9.800
impostos a recuperar	8.900
despesa com energia	8.100
cartões de crédito a pagar	6.500
despesa de depreciação	5.390
material de expediente	4.700
despesas antecipadas de aluguéis	4.100
despesas financeiras	3.300
despesas antecipadas de assinaturas	3.200
despesas antecipadas de seguros	1.200
energia a pagar	1.200
condomínio a pagar	900
impostos a pagar	700
resultados acumulados antes da elaboração da demonstração do resultado do exercício (DRE)	?

Os registros das operações típicas de uma empresa afetam a estrutura patrimonial e o saldo das contas registradas em livros específicos. Considerando a tabela acima, que apresenta o balancete de verificação de uma empresa hipotética, julgue os itens de 51 a 56.

51 No caso de a empresa efetuar o registro do ajuste da despesa de aluguel utilizando os valores antecipados, no valor de R\$ 4.000, o saldo do ativo circulante não deve ser modificado.

52 Considere que, ao se efetuar uma conferência dos lançamentos contábeis, tenha se constatado que houve erro ao se registrar a depreciação acumulada de veículos: o valor da depreciação que deveria ser registrado correspondia a R\$ 1.100, e o contador registrou R\$ 1.350. Nessa situação, o lançamento para a correção do erro deve ser:

D depreciação acumulada R\$ 250

C despesa de depreciação R\$ 250

Após a correção do erro, o saldo do ativo imobilizado será igual a R\$ 65.040.

53 Considere que o banco tenha comunicado à empresa que um lote de duplicatas descontadas, cujo valor de face corresponde a R\$ 3.600, tenha sido recebido. Desse modo, o registro contábil correspondente é a débito de duplicatas descontadas e a crédito de duplicatas a receber no valor de R\$ 3.600. Nessa situação, após a contabilização desse evento, o saldo do ativo circulante será igual a R\$ 146.400.

54 Após a elaboração do balanço patrimonial, o saldo do passivo circulante será igual a R\$ 127.300.

55 Após a incorporação do resultado apurado na DRE ao balanço patrimonial, o saldo do patrimônio líquido será igual a R\$ 188.200.

56 Para correta avaliação do capital de giro necessário para a manutenção das operações de uma empresa, é necessário apurar o capital circulante líquido e utilizá-lo como parâmetro nas análises. Desse modo, o capital circulante líquido apurado com as informações disponíveis para a referida empresa será igual a R\$ 22.700.

RASCUNHO

conta	saldo (em R\$)
fretes sobre compras	680
despesa de amortização	1.200
despesas financeiras	3.320
despesas de manutenção	5.560
despesas antecipadas de seguros	9.980
receita financeira	12.100
compra de mercadorias	12.300
despesas antecipadas de aluguel	12.300
reservas de lucros antes da apuração do resultado	12.340
despesa de depreciação	14.500
despesas gerais	14.580
impostos sobre as vendas	24.590
despesas administrativas	32.100
estoque inicial de mercadorias	52.000
custo das mercadorias vendidas	60.000
receita líquida de vendas	123.400

RASCUNHO

As demonstrações contábeis acumulam os saldos das contas e evidenciam as modificações patrimoniais. Acerca das demonstrações contábeis, suas características e especificidades, e considerando as informações apresentadas na tabela acima, referentes a uma empresa hipotética, julgue os itens seguintes.

- 57 Na situação apresentada na tabela, após a incorporação do resultado apurado e respectiva elaboração da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, o saldo final da conta resultados acumulados será igual a R\$ 30.970, devedor. Desse modo, ao se elaborar o balanço patrimonial, a conta que evidencia os resultados acumulados deve ser denominada prejuízos acumulados.
- 58 Na situação da tabela, ao se elaborar a DER, o resultado líquido apurado será igual a R\$ 42.630, devedor.
- 59 É correto afirmar, com base nos dados apresentados, que o valor do estoque final de mercadorias para revenda é igual a R\$ 4.980.
- 60 Se a empresa concedesse abatimento sobre vendas no valor de R\$ 8.000, o lucro bruto apurado seria reduzido para R\$ 55.400.

De acordo com o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade, julgue o item a seguir, relativo ao objeto da contabilidade aplicada ao setor público.

- 61 O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o orçamento público, evidenciando, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.

Julgue os seguintes itens acerca da instituição de fundo especial e de apuração de seu saldo financeiro.

- 62 A lei que instituir fundo especial pode determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, em substituição à competência específica do tribunal de contas ou órgão equivalente.
- 63 O saldo financeiro apurado em balanço de fundo especial pode ser utilizado em exercício subsequente, se incorporado ao seu orçamento.

Com relação ao disposto nos princípios fundamentais de contabilidade sob a perspectiva do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 64 A autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e na responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.
- 65 O custo histórico dos componentes patrimoniais deve ser considerado nos registros dos atos e fatos contábeis.

Julgue o próximo item, relativo aos estágios da despesa pública.

RASCUNHO

- 66 A despesa pública é executada em três estágios: ordinário (montante previamente conhecido), por estimativa (cujo valor não se possa determinar previamente) e global (de pagamento parcelado).

A respeito da estrutura do plano de contas da administração pública federal e dos fundamentos lógicos da tabela de eventos, julgue o item abaixo.

- 67 A conta corrente (código variável) permite o tratamento de informações conforme a individualização exigida pela conta objeto do detalhamento, de acordo com a tabela própria estruturada e cadastrada para permitir maior flexibilidade no gerenciamento dos dados necessários.

Julgue o seguinte item, relativo aos documentos utilizados pelo sistema integrado de administração financeira (SIAFI).

- 68 A guia de recolhimento da união (GRU) eletrônica permite registrar a arrecadação de receitas federais efetivadas pelos órgãos e pelas entidades, por meio de transferências de recursos intra-SIAFI entre a unidade gestora recolhadora e a conta única do tesouro nacional.

receita orçamentária	1.820.000,00	despesa orçamentária	1.980.000,00
receita extraorçamentária	180.000,00	despesa extraorçamentária	50.000,00
saldo do exercício anterior	60.000,00		

Considere os dados acima, em reais, extraídos do balanço financeiro encerrado em determinado exercício. Considere também que entre esses dados foram inscritas como restos a pagar do exercício despesas no montante de R\$ 80.000,00 e foram pagas no exercício restos a pagar no valor de R\$ 40.000,00. Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

- 69 O resultado financeiro do exercício (RFE) apresentou *deficit* no valor de R\$ 30.000,00.

Acerca das regras aplicáveis às licitações para execução de obras e prestação de serviços, julgue o seguinte item.

- 70 É vedado incluir, no objeto da licitação, a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

Julgue o próximo item de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à utilização de recursos legalmente vinculados.

- 71 Os recursos legalmente vinculados a uma finalidade específica devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Com relação às regras de finanças e contabilidade aplicáveis aos partidos políticos, julgue os itens subsequentes.

- 72 O partido político está obrigado a enviar, ao final de cada pleito, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil relativo à campanha eleitoral, até o dia 30 de abril do ano seguinte às eleições.
- 73 Os balanços contábeis dos órgãos nacionais, estaduais e municipais devem ser enviados ao Tribunal Superior Eleitoral.

Julgue os itens seguintes, relativos à prestação de contas dos partidos políticos.

- 74 As planilhas de custos devem ser divulgadas na página dos tribunais eleitorais e juntadas às contas anuais dos partidos.
- 75 A falta de apresentação da prestação de contas anual implica a suspensão automática do fundo partidário do respectivo órgão partidário, independentemente de provocação e de decisão.

Com relação às normas de auditoria interna, julgue os itens a seguir.

- 76 A auditoria interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros.
- 77 Na aplicação dos procedimentos de auditoria, a investigação e a confirmação correspondem à obtenção de informações dentro ou fora da entidade.
- 78 A obtenção de informações acerca dos assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da auditoria interna exclui os testes substantivos nas avaliações das informações obtidas.

A respeito de auditoria no setor público federal, julgue os itens que se seguem.

- 79 As atividades de auditoria realizadas por servidores do sistema de controle interno do Poder Executivo federal, sobre as informações obtidas por meio de exames de processos e por meio eletrônico, são classificadas como indiretas.
- 80 A elaboração da prestação de contas do presidente da República, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, é responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 81 A avaliação da renúncia das receitas é uma das atividades precípuas do sistema de controle interno do Poder Executivo federal.

Acerca de objetivos, técnicas e procedimentos de auditoria, julgue os próximos itens.

- 82 Desde que sejam atualizados, alguns papéis de trabalho podem ser reutilizados, quando estiverem relacionados a auditorias realizadas em vários períodos consecutivos.
- 83 Identificar os problemas potenciais da entidade e também a legislação aplicável à entidade é um dos objetivos do planejamento de auditoria.
- 84 A venda de ativo de valor relevante ocorrida no período entre a data do término do exercício social e a data de emissão do parecer deve ser considerada pelo auditor, mencionada como ressalva ou em parágrafo de ênfase, quando não ajustadas ou reveladas adequadamente.
- 85 É recomendável o emprego da amostragem estatística quando os itens da população apresentarem características heterogêneas.

A respeito de administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 86 No Brasil, a gestão privada, em relação à gestão pública, é mais flexível no que se refere ao tratamento de questões administrativas no âmbito das funções de planejamento, organização, direção e controle. No setor público, o tratamento dessas questões é determinado, principalmente, pelas peculiaridades da burocracia sistêmica predominante nesse setor.
- 87 Atualmente, a administração pública gerencial busca destituir a autorreferência burocrática ao introduzir modelos de gestão inovadores, como o *balanced scorecard* (BSC) e a gestão por competências, mais próximos da iniciativa privada.
- 88 A PSO (*public service orientation*) resolveu um dos dilemas pós-burocráticos, que era o conflito entre a lógica fiscal e a lógica gerencial, na medida em que aproximou a administração pública do sistema de gestão vigente na iniciativa privada.
- 89 Os cargos de direção e assessoramento superior (DAS) são considerados instrumentos importantes para o modelo de gestão estratégica adotado no Brasil, pois possibilitam melhor aproveitamento dos servidores mais talentosos do quadro de pessoal dos órgãos públicos, além da oferta de cargos no alto escalão de governo para profissionais gabaritados do mercado.
- 90 A época em que predominava o patrimonialismo no Brasil corresponde a um período de alta centralização político-administrativa no país.
- 91 Os contratos de gestão são instrumentos modernos que possibilitam maior autonomia em algumas agências do governo.
- 92 A reforma administrativa de 1937 conseguiu organizar a estrutura administrativa do Estado brasileiro, de forma diminuir a burocracia do país.
- 93 O conceito de *accountability* implica a transparência das ações e práticas governamentais que passam a ter mais visibilidade e ser do conhecimento das pessoas em geral, portanto, representa ferramenta de combate à corrupção.
- 94 A descentralização administrativa ocorrida com a divisão da administração pública em direta e indireta possibilitou avanços na gestão pública do país e foi responsável por diminuir o controle federal sobre estados e municípios.
- 95 Instrumentos praticados pela administração pública, como a divisão do trabalho, a hierarquia de autoridade, a racionalidade, as regras e os padrões e a impessoalidade, foram restringidos com o surgimento da administração pública gerencial, que substituiu o modelo burocrático até então adotado pelo governo brasileiro.

As técnicas de orçamento de capital, quando aplicadas aos fluxos de caixa dos projetos de uma empresa, fornecem importantes informações para a avaliação de aceitabilidade ou classificação desses projetos.

Lawrence Gitman. *Princípios de administração financeira*. 12.ª ed. São Paulo: Pearson, 2010, p. 380.

Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 96 A taxa utilizada para descontar os fluxos de caixa representa o retorno mínimo necessário para que um projeto deixe inalterado o valor de mercado da empresa.
- 97 Para aceitar projetos de investimento, a empresa deve julgar os que representam TIRs superiores ao custo do capital.

A respeito de porcentagens, juros simples e compostos, taxas de juros, rendas uniformes e variáveis, planos de amortização de empréstimos e financiamentos, julgue os itens seguintes.

- 98 Considere que um bem imóvel no valor de R\$ 82.000,00 deva ser financiado em 8 prestações mensais iguais, com entrada de 20% do valor do imóvel. Considere, ainda, que a financeira utilize o sistema de amortizações constantes, com taxa de juros compostos de 8,4% ao mês. Nessa situação, desprezando os centavos e a cobrança de seguro, é correto afirmar que o valor dos juros pagos na quinta prestação será de R\$ 3.444,00.
- 99 Em um ano em que a taxa de inflação foi de 6,2% ao ano, para ganhar 11% de juros reais, uma financeira deve cobrar a taxa nominal anual de 17,2% ao ano.
- 100 Considere que um investidor tenha aplicado R\$ 120.000,00 no prazo de seis meses e tenha recebido R\$ 6.100,00 de juros pelo investimento. Supondo que a financeira remunere as aplicações a juros compostos capitalizados mensalmente a 8% e tomando 1,008 como valor aproximado de $\sqrt[6]{1,05}$, é correto afirmar que a taxa de juros anual equivalente do investimento foi de 9,6%.

Julgue os itens que se seguem, com relação à Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (INSRF) n.º 480/2004, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços.

- 101 Nos pagamentos efetuados aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas e aos condomínios edilícios, deve ser retido o imposto de renda à alíquota de 15% sobre o valor da nota fiscal.
- 102 No caso de falta de recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), deve-se aplicar subsidiariamente a legislação do imposto de renda no que se refere à aplicação de penalidades e demais acréscimos legais.
- 103 Na hipótese de pagamento de seguro, as retenções devem incidir sobre o valor do prêmio, deduzindo-se o valor da corretagem, salvo se levada a efeito por intermédio de corretora.
- 104 A INSRF n.º 480/2004 determina que seja retido o valor relativo à contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) quando do pagamento à sociedade cooperativa de produção, em relação aos atos decorrentes da comercialização de produtos de seus associados.
- 105 Se, em 2009, certa autarquia federal levou a efeito várias retenções de impostos e contribuições, ao efetuar pagamentos a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços de engenharia, então essa autarquia deverá fornecer, à pessoa jurídica beneficiária dos pagamentos, comprovante anual de retenção, até o último dia útil de fevereiro do ano corrente.

Julgue os itens seguintes, acerca da INSRP n.º 3/2005, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à previdência social.

- 106 Considera-se empregadora a entidade familiar que admite empregado doméstico a seu serviço, com ou sem finalidade lucrativa.
- 107 O trabalhador avulso que exerce a atividade de estivador em portos, na descarga de navios, é segurado obrigatório da previdência social.
- 108 Caso um cidadão estrangeiro não domiciliado no Brasil seja contratado para prestar serviços eventuais, mediante remuneração, em Salvador – BA, nessa situação, salvo acordo internacional entre o Brasil e o país de origem desse cidadão, este não será considerado contribuinte obrigatório do regime geral de previdência social.
- 109 Na forma da lei de regência, uma pessoa que seja estagiária em uma empresa pública federal poderá contribuir como segurada facultativa da previdência social.
- 110 O prestador de serviços eventuais, de natureza rural, a uma indústria alimentícia, sem relação de emprego, poderá, por ato volitivo, no mês em que não lhe for paga nem creditada remuneração, contribuir facultativamente para a previdência social.

RASCUNHO

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, estabelecido na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens que se seguem.

- 111 Os substitutos dos servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e dos ocupantes de cargo em natureza especial devem ser indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, designados previamente pela chefia imediata do substituído.
- 112 As diárias são devidas ao servidor que se ausenta a serviço da sede da repartição para outro ponto do território nacional em caráter eventual ou transitório. Se o deslocamento em caráter eventual ou transitório se der para o exterior, o servidor fará jus ao recebimento de ajuda de custo.

No que se refere ao processo administrativo disciplinar, estabelecido na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens subsequentes.

- 113 É proibido ao servidor retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da sua repartição.
- 114 O servidor em gozo de licença para tratamento de assuntos particulares pode participar da gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, bem como exercer o comércio.
- 115 O rito sumário do processo administrativo disciplinar aplica-se apenas à apuração das irregularidades de acumulação ilícita de cargos públicos, abandono de cargo e inassiduidade habitual.

Em relação ao regimento interno do TRE/BA, estabelecido pela Resolução Administrativa n.º 3/1997, e às suas alterações procedidas pelas Resoluções Administrativas n.ºs 4/1, 5/5, 6/6, 6/8 e 8/8 de 1997, julgue os itens a seguir.

- 116 O julgamento dos feitos ocorre quando há o mínimo de cinco juízes, incluído, nesse *quorum*, o seu presidente.
- 117 Os processos conexos devem ser julgados simultaneamente, e os processos que tratam de uma mesma questão jurídica podem ser julgados simultaneamente.
- 118 O TRE/BA responde às consultas sobre matéria eleitoral formuladas em tese, por autoridade pública ou partido político, notadamente durante o processo eleitoral, visando assegurar o correto trâmite do pleito.
- 119 O juiz efetivo que servir por dois biênios consecutivos não pode voltar a integrar o TRE/BA na mesma classe, podendo fazê-lo apenas em classe diversa.
- 120 A eleição do presidente e do vice-presidente do TRE/BA ocorre por maioria absoluta de votos, e a escolha recai necessariamente sobre os juízes da classe de desembargador.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **quarenta e cinco** linhas será desconsiderado.
- No **caderno de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A Lei n.º 6.404/1976 e suas atualizações é responsável pela padronização das demonstrações contábeis no Brasil. Ao longo dos últimos anos, as alterações desta lei modificaram drasticamente a estrutura de algumas demonstrações contábeis, além de incluir e excluir demonstrativos do rol dos obrigatórios. As modificações em algumas demonstrações obrigaram o mercado a reestruturar seus padrões e a adequá-los ao novo modelo apresentado.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter motivador, redija um texto dissertativo acerca das modificações das demonstrações contábeis e da evidenciação contábil atual. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ estrutura antiga do balanço patrimonial;
- ▶ nova estrutura do balanço patrimonial;
- ▶ diferenças e reflexos no patrimônio da empresa após a adoção das alterações da Lei 6.404/1976;
- ▶ modificação do rol de demonstrativos obrigatórios e seu reflexo no âmbito dos usuários da informação contábil;
- ▶ motivo pelo qual a demonstração do fluxo do disponível (demonstração dos fluxos de caixa) foi incluída no rol de demonstrações obrigatórias e as características das informações que são por ela disponibilizadas.

RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

RASCUNHO – 2/2

26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	